

O Neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico

Ederson Prestes Santos Lima*

Com o crescimento das idéias liberais no Brasil, que se pautavam pelas reformas estruturais do Estado, privatização e abertura ao livre comércio, as quais ganharam espaço no final do governo Sarney, procurou-se neste trabalho conhecer em que momento e através de quais mecanismos as elites políticas do Paraná regionalizaram tal discurso, buscando, no atendimento de seus interesses, estarem afinadas com as correntes ideológicas que ampliavam seu poder no cenário nacional e internacional.

Além de buscar iluminar esse momento de mudança nas estratégias econômicas e políticas do Paraná, procurou-se também identificar quem foram os principais líderes políticos responsáveis por tais mudanças, bem como, quais eram suas principais idéias. Que estratégias utilizaram para alcançar seus objetivos? Quais resultados obtiveram?

Ao tentar responder estas questões, que certamente são parte importante das grandes transformações, pelas quais passaram o Paraná e o Brasil, ao longo das décadas de 1980 e 1990, foi necessário entender a dinâmica das mudanças e permanências da política econômica implantada nos anos de 1950 e 1960 e que prevaleceu até a década de 1980, ou, pelo menos, em grande parte dela.

Nesse sentido, entender o Paraná na segunda metade do século XX é fundamental para compreendermos os motivos que levaram à aplicação de uma política que visava um afastamento daquilo que era entendido como a dependência periférica do Paraná, para com o Estado de São Paulo, através

* Professor Faculdades Integradas Espirita,

de uma política de industrialização e de crescimento sustentado pelo Estado¹. Por isso, “a idéia central desse discurso é a de revelar o papel do governo que através de diversos órgãos deve-se colocar à frente das iniciativas subsidiando o desenvolvimento de um parque industrial local marcadamente formado por multinacionais.”² Apesar dessas idéias já estarem nas discussões governamentais da década de 50, foi nos anos 60 (Verificar Quadro 1) nas gestões de Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1971) que houve um

...planejamento estatal, centrado numa companhia de desenvolvimento, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), que vai ser o núcleo do Badep (Banco de Desenvolvimento do Paraná). Em 1967, com a transformação da Codepar em Badep, fruto da reforma financeira de 1966-67, começa-se a planejar o chamado Modelo Paranaense de Desenvolvimento. Esse modelo é uma tentativa de fazer uma industrialização quase que sozinha aqui dentro do Estado.³

Nesse período, em que se desenvolve o Modelo Paranaense de Desenvolvimento, estiveram à frente do Executivo estadual, com destaque para aqueles que por mais tempo exerceram seus mandatos, os governadores descritos no Quadro 1.

Seguindo, portanto, essa orientação a “Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), do governo do Estado, criada em 1962, alavancada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) que ela própria geria, voltaram-se tanto para a criação de uma infra-estrutura propícia à industrialização, quanto para o financiamento direto às indústrias.”⁴ Portanto,

¹ Para aprofundar o entendimento dessa idéia é fundamental a leitura da obra de PEDRO CALIL PADIS, *A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*.

² IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989, p. 90.

³ LEÃO, I.Z. C. C. As desventuras do Paranismo In *Revista FAE*. Curitiba, FAE, 1999, v.2, n.3, p. 12.

⁴ OLIVEIRA, D. de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 49.

as atitudes políticas e econômicas marcantes do período orientaram-se pelo atendimento de estratégias que possibilitassem a implantação de uma infra-estrutura mínima para o Estado, de forma que atendessem às necessidades de uma futura industrialização, como a expansão da energia elétrica, construção de ferrovias e rodovias, capacitação do porto de Paranaguá, telecomunicações entre outros aspectos.

QUADRO 1 - GOVERNADORES DO PARANÁ - 1961 - 1982

PERÍODO	GOVERNADOR
31.01.1961 - 17.11.1965	Ney Aminthas de Barros Braga
31.01.1966 - 15.03.1971	Paulo Cruz Pimentel
15.03.1971 - 23.11.1971	Haroldo Leon Peres
23.11.1971 - 11.07.1973	Pedro Viriato Parigot de Souza
11.07.1973 - 11.08.1973	João Mansur
11.08.1973 - 15.03.1975	Emílio Hoffman Gomes
15.03.1975 - 15.03.1979	Jayme Canet Júnior
15.03.1979 - 14.05.1982	Ney Aminthas de Barros Braga

FONTE: FERREIRA, J. C. V. *O Paraná e seus municípios*. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

No início da década de 70, políticos e empresários se unem no projeto Cidade Industrial de Curitiba - CIC, que tem sua implementação a partir de 1973⁵. A CIC representa o primeiro grande projeto de desenvolvimento paranaense que uniu interesses da classe política dirigente e do empresariado local.

Mas, como destaca Oliveira⁶, a partir das idéias de

⁵ Ibid., p. 59.

⁶ OLIVEIRA, D. de. *A política do planejamento urbano: o caso Curitiba*. Curitiba, 1995. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 57.

Levy⁷, ao analisar a relação entre o grupo de urbanistas do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e o empresariado “é sabido que desde meados da década de 60, começou a forjar-se entre as elites dirigentes locais uma estratégia de desenvolvimento baseada precisamente na execução de políticas agressivas de atração de investimentos industriais.” Nesse sentido, a CIC representa um dos mais marcantes exemplos dessa união no Paraná, união esta, que se verificará de forma mais ampla e explícita nos oito anos (1995-2002) de Jaime Lerner à frente do governo estadual.

Mas, a década de 70 não ficará marcada apenas pela implantação da CIC, na cidade de Curitiba, pois durante o mandato do governador Jayme Canet Júnior (1975-1979) e o segundo governo Ney Braga (1979-1982), também seria colocado em prática um plano do governo estadual para atração de indústrias. “A estratégia de atração buscava o alargamento das vantagens competitivas do Paraná, mediante articulado esquema de apoio político, incluindo a concessão de uma série de benefícios físicos, fiscais e financeiros...”⁸. Ainda, segundo Lourenço, o Paraná conseguiu através dessa política agressiva de captação de indústrias modernizar ou implantar seus parques industriais de cimento, metal mecânica, papel e celulose, e em especial o setor agroindustrial (soja, café, laticínios, frigoríficos), diversificando sua indústria, tanto no aspecto produtivo quanto no geográfico, visto que o agronegócio desenvolveu-se notadamente no interior do Estado.

Na década de 1980, a economia paranaense passou por um processo de aprofundamento de sua diversificação quando a agroindústria ainda representava grande parcela do Produto Interno Bruto - PIB - porém é acompanhado pelo crescimento de outros setores como a indústria de transformação.

⁷ LEVY, E. *Olhando para trás: 40 anos de planejamento urbano em São Paulo* In Espaço e Debates, 1985, n. 15, p. 44.

⁸ LOURENÇO, G. M. *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*. Ed. do Autor, 2000, p.53.

Mas, apesar da diversificação econômica, a ideia de atração de parques industriais ainda se mantinha na elite dirigente do Estado. Este pensamento pode ser percebido na fala de Francisco Fernando Fontana, em 1980, então secretário da Indústria e Comércio, no segundo mandato do governador Ney Braga (1979-1982),

Além dessa preocupação com a agricultura, o Estado do Paraná tem uma localização privilegiada. Tem mercado. Com dinheiro. Tem matérias-primas. Então houve industrialização oriunda desse conjunto de circunstâncias que fez com que o Paraná pudesse, com apoio do governo dar até apoio político. Às vezes, o empresário não sabe os caminhos menos complicados para conseguir isenção de imposto de importação junto ao FINAME. Os órgãos têm dado esse apoio a todo empresário que quer vir se localizar no Paraná.⁹

Com a redemocratização permitida pelos militares, onde destacaram-se a reintrodução da pluralidade partidária e a volta dos exilados políticos (1979), em 1982 ocorreram eleições para governadores dos estados que não se realizavam desde 1965.

Nessa eleição, o Paraná e mais nove estados votaram em candidatos da oposição: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Verifica-se, no Quadro 2, os governadores eleitos no Paraná a partir da abertura democrática.

José Richa, do PMDB, é eleito governador no Paraná para o mandato de 1983-1986 e passa a aplicar uma política econômica que resultou numa alteração na dinâmica da economia paranaense, dando ênfase à agroindústria e substituindo o discurso até então utilizado pelo Executivo que se pautava pela atração de multinacionais. Tal mudança não deve ser entendida apenas como uma opção política do grupo peemedebista que havia chegado ao poder mas, também, pela própria estagnação econômica do Brasil, que inviabilizava a atração de empresas nacionais e multinacionais para o território paranaense.

⁹ QUEM, 1980, n. 24.

QUADRO 2 - GOVERNADORES DO PARANÁ - 1983 - 2005

Período	Governador
15.03.1983 - 21.09.1986	José Richa
15.03.1987 - 15.03.1991	Álvaro Fernandes Dias
15.03.1991 - 02.04.1994	Roberto Requião de Mello e Silva
01.01.1995 - 01.01.1999	Jaime Lerner
01.01.1999 - 01.01.2003	Jaime Lerner
01.01.2003 -	Roberto Requião de Mello e Silva

FONTE: FERREIRA, J. C. V. *O Paraná e seus municípios*. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

NOTA: A partir de 2000, dados do autor.

O discurso com ênfase na tendência liberal privatizante só voltará a ocupar espaço no Executivo paranaense no final do governo Álvaro Dias (1987-1991). Tal discurso vem à tona quando a crise de financiamento público, baseada no modelo keynesiano abate-se tanto sobre o governo federal, quanto em estados e municípios. Tais efeitos fazem-se sentir em especial a partir de 1988, quando fica claro tanto para a classe política quanto para a sociedade, tal esgotamento.

No Paraná, a propaganda em torno da necessidade de modernizar o Estado e fortalecer a economia de livre câmbio para poder estar apto a enfrentar os novos desafios que a economia mundial estava a requerer, vem naquele momento incorporada no eixo de um discurso que traz como base a *contenção de despesas*. Magalhães,¹⁰ ao analisar esse período

¹⁰ MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. *Da construção ao desmanche, análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. São Paulo, 1999. 286 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 56.

do governo Álvaro Dias destaca que “apesar dessas medidas poderem ser hoje vistas como de inspiração neoliberal, sua *rationale*, era outra. Após referir-se sucintamente àquelas que já haviam podido ser implementadas, na Mensagem à Assembléia Legislativa de 1989, Dias deixa claro as preocupações que as haviam provocado, ao dizer: Falamos em contenção de despesas.” Este redirecionamento das funções do Estado pode ser percebido nas reformas administrativas levadas a efeito pelo então governador. Num primeiro documento sobre as tais reformas, o governo Álvaro Dias aponta várias empresas que poderiam ser privatizadas ou simplesmente fechadas:

A extinção de duas empresas (Mineração do Paraná S.A. e Empresa Paranaense de Turismo), da Fundação Educacional do Paraná – Fundepar, da Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental – SUCEAM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e de diversos órgãos locais das áreas fazendária e educacional. Propunham-se também, a realização de estudos objetivando a racionalização das atividades da Secretaria de Cultura, a passagem das atividades de diversas secretarias para o setor privado, ou para os municípios, bem como, a extinção da Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, da área de saúde, e da Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR¹¹.

O novo discurso propagado na gestão Álvaro Dias está inserido no processo que ocorria no país quando por:

Pressões econômicas e políticas dos meios financeiros internacionais pela adoção de medidas corretivas por parte das nações devedoras e um sentimento de urgência em face do agravamento da crise combinaram-se para definir, como prioridades máximas da agenda pública, políticas de estabilização acopladas a reformas estruturais, aí incluindo o fortalecimento da economia de mercado e o abandono de

¹¹ Ibid., p. 55-56.

antigas utopias¹².

Percebe-se que o governo Álvaro Dias, mesmo sendo da base histórica peemedebista e que tinha por linha a defesa de maiores investimentos na área social, a fixação do homem no campo e o fortalecimento dos laços de cooperativismo e comunidade alterou seu discurso para privatização, liberalização e ataque ao funcionalismo público. Tal linha de pensamento só viria a ser alterada com a chegada do também peemedebista Roberto Requião, ao Executivo em 1991 (verificar Quadro 2).

Para comandar o Estado no período de 1991-1994, foi eleito o ex-prefeito de Curitiba, Roberto Requião, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, que derrotou em segundo turno o candidato “collorido” José Carlos Martinez (Partido da Reconstrução Nacional - PRN). Requião é um velho conhecido dos empresários paranaenses ligados a Jaime Lerner, Cássio Taniguchi, ambos personagens centrais na implantação do projeto CIC. Requião ficou conhecido especialmente por suas idéias estatizantes, com destaque para o ano de “1987, quando o Sindicato dos Transportadores, entre outros, se uniu sob a égide da ACP¹³ contra o projeto de “estatização” dos transportes coletivos levados a cabo pelo deputado estadual e futuro prefeito Roberto Requião (PMDB)”¹⁴.

Nesse sentido, é importante destacar que a eleição de Requião à prefeitura de Curitiba para o mandato 1986-1988, derrotando o candidato Jaime Lerner, é contemporânea ao surgimento de várias entidades empresariais que objetivaram a defesa do livre mercado e das privatizações no Paraná. Tais entidades entendiam o discurso¹⁵ estatizante

¹² DINIZ, E. *Crise, Reforma do Estado e governabilidade: Brasil 1985-95*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 37.

¹³ ACP - Associação Comercial do Paraná.

¹⁴ OLIVEIRA, D. de. *A política do planejamento urbano: o caso Curitiba*. Curitiba, 1995. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 216).

¹⁵ Para aprofundar o entendimento sobre entidades empresariais nos

e nacionalista de Roberto Requião como um inimigo a ser combatido.

Em 1990, a eleição de Requião para o governo do Estado retardou o avanço liberal, uma vez que o governador eleito priorizou programas pautados pelos investimentos públicos centralizados como o Panela Cheia e o Bom Emprego Fiscal, engavetando muitas das idéias de privatização e enxugamento da máquina pública que haviam surgido na gestão anterior.

Em abril de 1994, o então governador licenciou-se para concorrer a uma vaga ao Senado Federal. Em seu lugar assumiu no dia 02 de abril, o vice-governador Mário Pereira. Engenheiro elétrico, Mário Pereira ingressou no PMDB ainda nos anos de 1970, elegendando-se deputado estadual em 1982, sendo reeleito em 1986.

Ao assumir a chefia do Poder Executivo do Estado do Paraná, Mário Pereira lançou um programa chamado Pró-Paraná, que tinha como objetivo principal estruturar o Estado para o recebimento de novas indústrias mediante incentivos fiscais. A ascensão do vice-governador ao cargo majoritário, portanto, trouxe mudanças no direcionamento político e econômico do Paraná. Esta mudança que se efetuou a partir do Movimento Pró-Paraná buscava colocar o Estado numa posição mais agressiva diante da concorrência de outros Estados, que buscavam semelhantes fins.

Este momento da política paranaense, é importante ressaltar, ocorria paralelamente ao que posteriormente ficou conhecido como Guerra Fiscal. Segundo OLIVEIRA, “Por “guerra fiscal”, queremos nos referir justamente à disputa pela atração de investimentos privados entre as diferentes unidades subnacionais, incluindo-se aí estados e municípios que têm na renúncia fiscal o seu principal instrumento”.¹⁶ Neste conflito entre interesses regionais, o Paraná teve atuação destacada. Obteve a implantação de diversos parques

anos 80 é interessante a leitura da dissertação de mestrado do autor: *Instituto Liberal: a defesa das idéias liberais no Paraná: 1987-2002*.

¹⁶ OLIVEIRA, D. de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 78.

industriais, através da isenção fiscal. Esta política foi foco de diversos e graves conflitos entre os principais Estados da federação.

O Movimento Pró-Paraná teve à sua frente o ex-presidente da Volkswagen e Autolatina (junção da Volkswagen com a Ford), Wolfgang Sauer, um dos homens fortes do setor automobilístico brasileiro. Nas palavras do ex-governador Mário Pereira, “ele veio aqui, ficou meses conosco, desenvolvendo propostas, propostas de incentivos fiscais e outros tipos de incentivos que pudessem atrair investimentos.”¹⁷ Tal projeto, tendo um ex-presidente da Autolatina como principal consultor, certamente não poderia deixar de render bons frutos para as montadoras, inclusive a Volkswagen, que posteriormente instalou seu parque industrial da Audi na cidade de São José dos Pinhais. O projeto marca o retorno das idéias liberais, que já eram defendidas no governo Álvaro Dias, bem como por várias entidades empresariais como livre mercado, privatização e, principalmente, apoio ao empresariado. Este programa que teve como eixo principal os incentivos fiscais, apesar de ter sido concebido na administração peemedebista de Mário Pereira, alcançou seu auge na gestão Jaime Lerner (1995-2002) onde empresas como Chrysler, em abril de 1998, Renault em dezembro de 1998, e a Audi-Volkswagen, em janeiro de 1999, instalaram parques industriais no Estado, além de um grande número de empresas fornecedoras de autopeças. O destaque dado ao ramo automobilístico era justificado pelos administradores públicos em virtude de que “ela é uma indústria estratégica, com muitos encadeamentos para frente e para trás, o que justifica um tratamento especial.”¹⁸

A partir dos dados da Tabela 1, é possível perceber o claro crescimento na participação do setor de transportes na

¹⁷ FARIA, E.; SEBASTIANI, S. *Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história*. Curitiba: Sistani, 1997, p. 287.

¹⁸ PEREIRA, L. C. B. *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: 34, 1997, p. 189.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - 1990/1995-2002

GRUPO DE PRODUTOS	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Soja	45,58	43,60	47,31	49,52	47,57	42,39	34,36	21,29	34,27
Material de Transporte (2)	3,54	6,99	6,91	7,77	8,31	9,05	22,28	22,75	22,29
Madeira	3,69	7,15	6,22	6,39	7,35	11,75	10,86	9,28	10,53
Carnes	4,47	4,80	5,91	4,32	5,14	8,17	6,52	8,27	8,38
Milho	-	0,07	0,71	0,78	0,05	0,06	0,06	6,82	4,13
Açúcar	0,16	0,88	2,00	3,07	4,25	4,07	3,16	3,41	2,70
Papel e Celulose	5,04	5,97	4,24	3,07	3,24	3,58	3,36	2,63	2,32
Café	9,66	6,84	5,38	5,58	4,97	5,42	3,64	2,47	2,24
Máquinas e instr. Mecânicos	2,67	3,46	3,08	3,15	2,74	2,08	1,83	2,05	1,90
Couro e calçados (de couro)	3,16	2,72	2,33	2,00	1,92	1,90	2,00	1,64	1,61
Químicos diversos	0,56	1,25	1,35	1,33	1,46	1,83	1,87	1,36	1,21
Material elétrico	0,73	0,71	0,70	0,67	0,84	1,24	1,12	0,72	0,50
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Tabela extraída de LOURENÇO, G.M. *A economia paranaense em tempos de globalização*.

Curitiba: Ed. do autor, 2003, p. 126.

economia paranaense a partir do ano 2000, resultado direto da implantação do novo pólo automotivo no Estado. Por outro lado a soja, principal produto de exportação do Estado, cede espaço para materiais de transporte e madeira, que juntos já superaram a liderança do commodities.

No início do plano, os industriais paranaenses ficaram “animados” com o Movimento Pró-Paraná, ao qual deram total apoio. Mas logo perceberam que as verbas e incentivos oferecidos pelo Estado não eram para todos, muito menos para as indústrias já instaladas e sim para multinacionais que juntamente com a instalação física, proporcionavam ganhos de publicidade para o Executivo estadual em nível nacional.

O discurso de remodelação das funções do Estado atingem seu momento mais forte com a ascensão do ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, ao governo do Estado.

Entre as medidas tomadas por este governo e que de certa forma caracterizam-se por serem de cunho liberal, merecem destaque a criação de inúmeras entidades não-governamentais para cuidar de assuntos antes de responsabilidade de secretarias estaduais: Paraná Educação, Paraná Cidade, Paraná Turismo, entre outras. Além disso, ele também aprofundou o processo de venda de estatais, como a COPEL – Companhia Paranaense de energia elétrica (não efetivada); SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, (desfeita com a ascensão de Roberto Requião à chefia do Executivo estadual em 2003), bem como, do banco do Estado – Banestado.

A capacidade de investimento governamental foi quase anulada, sendo a função de fomento repassada a empresas terceirizadas, numa clara guinada para o Estado mínimo. É interessante destacar que a estrutura administrativa e técnica foi mantida paralelamente ao surgimento das instituições não-governamentais. Para exemplificar a duplicidade de funções e custos para o erário público, destacam-se dois setores nos quais havia diferentes estruturas para uma mesma função: a Paraná Educação e Secretaria de Estado da Educação, no setor educacional e a

Paraná Tecnologia e Secretaria de Ciência e Tecnologia, no setor de desenvolvimento tecnológico. Tal situação onerou, portanto, duplamente os cofres públicos que tinham que arcar com os salários dos funcionários e estrutura física e ainda remunerar os serviços da empresa criada e contratada. O surgimento e as atividades desenvolvidas por estas empresas, bem como suas relações com o poder estadual, ainda são merecedoras de estudos mais aprofundados.

Talvez, ironicamente, o liberalismo aplicado por esse governo possa ser denominado de “liberalismo invertido”, pois os cofres públicos foram duplamente exigidos. Por um lado, criou-se uma nova estrutura governamental representadas por empresas como Paraná Turismo e Paraná Educação, e ainda, foi mantido todo o corpo técnico e infra-estrutura das antigas secretarias estaduais, política que certamente não se enquadra nos princípios liberais defendidos por este governo.

É importante lembrar que o neoliberalismo, como um conjunto de idéias, foi adotado no discurso de alguns governadores como Álvaro Dias, ao defender a privatização e a racionalização do serviço público; Mário Pereira, ao propor um retorno à política de atração de multinacionais através de incentivos fiscais, onerando dessa forma os cofres públicos e de Jaime Lerner, que certamente representa a aplicação mais efetiva dessa política com privatizações, incentivos fiscais e um ataque frontal ao funcionalismo público. Como destaca Lourenço, ao abordar o novo período industrializante do governo Lerner “a fase de transformação atual representa uma espécie de resgate, em forma ampliada, do projeto de industrialização iniciado na segunda metade dos anos 70 – marcado pela consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e pela instalação da Refinaria de Petróleo em Araucária -, sufocado nos anos 80 e no primeiro quinquênio dos anos 90, devido à instabilidade macroeconômica do país.”¹⁹

Com as eleições de 2002 e a vitória de Roberto Requião

¹⁹ LOURENÇO, G.M. *A economia paranaense em tempos de globalização*. Curitiba: Ed. do autor, 2003, p. 133.

(PMDB) ao governo do Estado, o destino das idéias liberais no Paraná ainda é incerto. Podem estar apenas aguardando o momento propício de retorno. Tal situação depende do sucesso ou não das políticas ligadas ao planejamento estratégico, investimento público e fortalecimento do poder do Estado. Portanto, o tempo de ostracismo das idéias liberais está ligado ao bom desempenho econômico e político da administração Requião e sua capacidade em transformar o projeto de desenvolvimento sustentado pelo Estado, em resultados práticos e visíveis a curto e médio prazo.

O estudo das elites políticas paranaenses e suas opções quanto ao desenvolvimento econômico do estado nas últimas duas décadas mostram que há dois grupos definidos, ideologicamente, alternando o poder: o primeiro pautando suas estratégias no desenvolvimento autônomo, com incentivo ao empresariado local, bem como, grandes investimentos em infra-estrutura oriundos dos cofres públicos e privilegiando a implantação de projetos ligados à área social. O segundo grupo possui como característica a defesa de ações voltadas a projetos modernizadores e industrializantes de cunho liberal, não demonstrando preocupação efetiva com as chamadas demandas sociais. Ambos os discursos, como demonstram os resultados eleitorais, possuem ressonância na sociedade paranaense, haja vista a alternância de poder verificada nas últimas duas décadas.

Referências

- DINIZ, E. *Crise, Reforma do Estado e governabilidade: Brasil 1985-95*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1999.
- FARIA, E.; SEBASTIANI, S. *Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história*. Curitiba: Sistani, 1997.
- GAZETA DO POVO. Curitiba, 1987-1995.
- IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.
- LEÃO, I.Z. C. C. As desventuras do Paranismo *In Revista FAE*. Curitiba, FAE, 1999, v.2, n.3, p. 9-20.
- LIMA, E.P.S. *Instituto Liberal: a defesa das leis de mercado no Paraná 1987-2002*. Curitiba, 2003, 98 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- LOURENÇO, G.M. *A economia paranaense em tempos de globalização*. Curitiba: Ed. do autor, 2003.
- _____. *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*. Ed. do Autor, 2000.
- MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. *Da construção ao desmanche, análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. São Paulo, 1999. 286 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- NOJIMA, D. Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000. *Revista Paranaense de Desenvolvimento: Economia, Estado, Sociedade*, Curitiba, IPARDES, 2002, n.103, p. 23-43.
- OLIVEIRA, D. de. A Cultura dos assuntos públicos: o caso do “custo Brasil” *In Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, 2000, v. 14, p. _____. *A política do planejamento urbano: o caso Curitiba*. Curitiba, 1995. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PEREIRA, L. C. B. *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: 34, 1997.
- QUEM. Curitiba, 1979.

O Neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico

Ederson Prestes Santos Lima

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que procurou acompanhar as alterações ocorridas nas opções políticas e econômicas adotadas, pelas elites políticas do Estado do Paraná, ao longo das décadas de 1980 e 1990 e de que forma estas se posicionaram em relação às idéias neoliberais que cresciam no Brasil e no mundo, a partir da segunda metade da década de 70.

Palavras-chave: Neoliberalismo; políticas públicas; Industrialização no Paraná; Instituto Liberal.

Abstract: This work presents some results of a research which intended to follow the changes occurred in the political and economical options adopted by the members of the political elite of Parana State during the 1980 and 1990 decades and what was their position about the neoliberal ideas which had been growing up in Brazil and in the world from the second half of the 70's.

Key words: Neoliberalism; public politics; Industrialization in Parana; Liberal Institute.

Artigo recebido para publicação em 04/05/2005.

Artigo aprovado para publicação em 11/08/2005.